

# Normalização requer também acerto com FMI

**CARLOS ALBERTO LONGO**

Do Conselho Editorial

Brasil oficializou ontem um acordo sobre os pontos básicos do reescalonamento da sua dívida externa de médio e longo prazos com os bancos privados. O que foi negociado é um "empréstimo" de US\$ 6,4 bilhões com spread de 0,8125% sobre a Libor, para cobrir os juros devidos em 1987, 1988 e parte de 1989. Trata-se de um refinanciamento parcial dos encargos financeiros —exclui amortização— nesse período. Assim, o país põe em dia US\$ 12 bilhões de juros vencidos, e vencidos, até dezembro deste ano, com a certeza de que os banqueiros deixarão aqui mais da metade dessa receita, além de não retirar o principal.

Na verdade, esse é só um primeiro passo concreto em direção à possível total normalização das relações fi-

nanceiras internacionais. Esta necessariamente terá que incluir outros participantes do cenário financeiro: FMI, Banco Mundial e Clube de Paris. Enquanto o "fluxo de caixa" —pagamento de juros e amortização menos reaplicação— com os bancos privados é claramente negativo, o das entidades multinacionais e agências governamentais poderá vir a ser positivo. Isto é, nos próximos anos, os créditos brasileiros da comunidade financeira deverão ser gradualmente repassados dos bancos particulares aos organismos internacionais.

É importante reconhecer a viabilidade financeira do país junto a todos os credores externos, mesmo considerando o tamanho da dívida atual. A dívida pública lá fora é de cerca de 30% do PIB, sendo que os juros médios anuais hoje não passam de 2% do PIB. Ora, como o

governo é praticamente o único devedor externo e participa com seus vários segmentos (orçamento fiscal, estatais, Estados e municípios) em quase metade do PIB, conclui-se que essa dívida só não será honrada se o governo não quiser. Abstraindo-se fatores não previsíveis —choques de preços e juros—, se o Brasil crescer a 7% ao ano nos próximos dez anos a relação dívida/PIB pode cair pela metade.

A oficialização do acordo não chega a ser uma novidade e deve ser interpretada como um voto de confiança ao governo Sarney. Após assumir o Ministério da Fazenda, o sr. Mailson deu prosseguimento com determinação às tratativas iniciadas pelo seu antecessor. Com demonstrações enfáticas de que estava disposto a negociar respeitando as regras do jogo, obteve resultados ponderáveis. As linhas de crédito comerciais de curto prazo foram

mantidas e poderão ser ampliadas, os Estados Unidos suspenderam as ameaças de retaliações às exportações brasileiras, o FMI se dispõe a conceder um empréstimo-ponte e o Banco Mundial se comprometeu a desembolsar liquidamente no país mais US\$ 500 milhões em 1988.

Não deve haver dúvida, entretanto, de que se no plano interno o Executivo não implementar os já anunciados cortes fiscais, o progresso dessas negociações será imediatamente interrompido. As dificuldades políticas do momento e as crônicas demonstrações de tibieza na hora de cortar não favorece otimismo em relação à redução do déficit de 1988 dos 6% atuais para algo entre 3 e 3,5% do PIB.

---

**CARLOS ALBERTO LONGO**, 46, economista, é doutor pela Universidade de Rice (EUA), professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e membro do Conselho Editorial da *Folha*.